

**Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante
na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe -
REBYC II-LAC**



1. Do Projeto

O projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe - REBYC II-LAC é uma iniciativa conjunta da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura- FAO e do Fundo Mundial para o Meio Ambiente- FMAM (*Global Environment Facility* – GEF, por sua sigla em inglês), que visa a gestão sustentável da pesca e a redução de desperdícios na captura de camarões.

O REBYC II-LAC pretende ampliar o conhecimento sobre a captura acidental associada às pescarias de camarão no país, assim como, desenvolver tecnologias para mitigar o impacto dessa atividade, considerando também aspectos socioeconômicos e o fortalecimento das mulheres nesse sistema pesqueiro.

O convênio foi firmado entre o Ministério da Pesca e Aquicultura (atual Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SAP/MAPA), o GEF e a FAO, em setembro de 2015, com o cofinanciamento, por parte do Governo Brasileiro de U\$ 3.154.378,00 (três milhões, cento e cinquenta e quatro mil e trezentos e setenta e oito dólares), a ser utilizado para o desenvolvimento das atividades propostas, no período de cinco anos (até 2020).

No âmbito do Projeto REBYC II-LAC, o órgão executor da FAO, no Brasil, é a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional- FADURPE, inscrita no CNPJ nº 08.961.997/0001-58, com sede situada à Rua Dom Manuel de Medeiros, S/N, Dois Irmãos, Recife/PE.

O REBYC II-LAC envolve, além do Brasil, cinco países: Colômbia, Costa Rica, México, Suriname, e Trindade e Tobago. Esses países compartilham recursos pesqueiros e têm nas pescarias de arrasto de fundo para camarão e peixes uma importante atividade socioeconômica, além das pescarias representarem significativa contribuição para a geração de emprego, renda, segurança alimentar e divisas.

No caso do Brasil, dadas as grandes dimensões do país e a multiplicidade de artes de pesca e métodos utilizados, o Projeto se concentrará exclusivamente na pesca de arrasto de camarão, considerando as seguintes regiões geográficas: Norte, Nordeste, Central e Sul/Sudeste e as principais espécies:

- Camarão-rosa: *Penaeus subtilis*, *Penaeus brasiliensis* e *Penaeus paulensis*;
- Camarão-branco: *Litopenaeus schmitti*;
- Camarão sete-barbas: *Xiphopenaeus kroyeri*;
- Camarão barba-ruça: *Artemesia longinaris*; e



- Camarão-vermelho ou camarão-santana: *Pleoticus muelleri*.

O Projeto se desenvolve com base em quatro conceitos fundamentais para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira: governança, gestão pesqueira, ordenamento pesqueiro e abordagem ecossistêmica na gestão pesqueira, compreendidos a partir das seguintes definições:

- (1) **Boa Governança:** é a maneira pela qual as regras são estabelecidas e aplicadas. Inclui os mecanismos, processos e as instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos governamentais (instituições e acordos) expressam seus interesses, mediam suas diferenças, exercem seus direitos legais e cumprem suas obrigações (AusAID, 2000). A governança geralmente é uma mistura complexa de processos formais e informais que podem incluir uma entidade geopolítica (por exemplo, o governo de um estado-nação), uma entidade sociopolítica (por exemplo, chefia, tribo, família etc.) ou diferentes tipos de instituições e arranjos;
- (2) **Gestão Pesqueira:** segundo a FAO, é o processo integrado de coleta, análise, planejamento, consulta, decisão, alocação de recursos e formulação e implementação, com imposição quando necessário, da regulação ou regras que governam atividades pesqueiras, de forma a garantir a produtividade continuada dos recursos, bem como atingir outros objetivos pesqueiros (COCHRANE, 2002);
- (3) **Ordenamento Pesqueiro:** conforme disposto no inciso XII, do art. 2º, da Lei 11.959, de 2009, compreende o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmicos, econômicos e sociais;
- (4) **Abordagem Ecossistêmica na Gestão Pesqueira (Ecosystem Approach to Fisheries - EAF):** é uma abordagem mais integral de gestão, que se diferencia dos sistemas de gestão da pesca centrados apenas na captura sustentável de espécies-alvo, e avança em direção a sistemas e processos de tomada de decisão que equilibram o bem-estar ecológico com o bem-estar humano e social, dentro de marcos aperfeiçoados de governança, isto é, trata-se de uma forma prática de alcançar o desenvolvimento sustentável. Aborda as múltiplas necessidades e os desejos das sociedades sem pôr em perigo as chances de as futuras gerações se beneficiarem de toda a gama de bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas marinhos (García et al., 2003; Organização para a Alimentação e a Agricultura, 2003, 2011).



Neste contexto e a partir do objetivo de desenvolver práticas de pesca mais sustentáveis para um ecossistema marinho mais saudável, o projeto apresenta os seguintes objetivos específicos:

1. Melhorar a governança participativa;
2. Introduzir soluções viáveis para:
 - Minimizar os descartes e a captura acidental;
 - Minimizar o impacto ambiental da pesca de arrasto;
 - Melhorar a utilização das capturas.
3. Identificar incentivos para a mudança:
 - Reduzir custos, melhorar a produtividade, etc.
4. Identificar fontes alternativas de emprego e renda.

Para tanto, quatro componentes principais devem ser alcançados pelo Projeto:

- (1) **Marcos Legais e Institucionais:** revisão do Marco Legal e definição de critérios para o co-manejo (ex. Comitês Permanentes de Gestão e Subcomitês Científicos);
- (2) **Práticas de Pesca Responsáveis:** melhoria dos dados e informações; desenvolvimento de tecnologias (ex. BRD); medidas de gestão adequadas;
- (3) **Meios de Vida, Segurança Alimentar e Nutricional:** avaliar o papel das capturas acidentais na segurança alimentar e nos meios de subsistência; buscar alternativas para geração de emprego e renda; abordar questões de gênero: esclarecer o papel da mulher (Quem faz o quê, por que e quando? Quem se beneficiaria e/ ou perderia devido a eventuais mudanças? Qual o impacto de eventuais mudanças nos meios de vida das mulheres?);
- (4) **Intercâmbio de Aprendizagem e Experiência:** promover as melhores práticas entre pescadores, países e regiões.

Na prática, o projeto se delineou com duas frentes de atuação:

- Redução e/ ou melhor aproveitamento da fauna acompanhante na pesca de arrasto de camarões;
- Desenvolvimento de uma Proposta de Plano Nacional de Gestão Pesqueira Ecosistêmica dos Camarões.

Assim, o Projeto REBYC II-LAC, por meio da integração entre os diversos atores envolvidos na gestão pesqueira, espera alcançar os seguintes resultados:



- Pescaria com uma maior captura de camarão, menor captura de fauna acompanhante e menos descartes, com o uso de dispositivos redutores de fauna acompanhante;
- Melhores condições de trabalho a bordo, com menor tempo de seleção do camarão;
- Maior eficiência econômica, com redução do gasto de óleo diesel;
- Proposta de um novo quadro de gestão para a pesca do arrasto de camarão no Brasil, com diretrizes sobre estratégias e metodologias relacionadas à gestão participativa da pesca de arrasto de camarão, observando os diferentes tipos de pesca e contextos regionais;
- Proposta de um novo quadro jurídico e regulamentar.

A Unidade Regional de Coordenação do Projeto (URCP) se encontra sediada na Secretaria da WECAFC (*Western and Central Atlantic Fisheries Commission*), localizada na Oficina Sub-regional da FAO para o Caribe (FAO-SLC), em Barbados.

No Brasil, a **Coordenação Técnica** está a cargo de **Fábio Hazin**, professor e pesquisador da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), enquanto o Ponto Focal do Governo é a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).



2. Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira de Camarões no Brasil

A Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira (AEGP) compreende uma abordagem mais integral de gestão, que se diferencia dos sistemas de gestão da pesca centrados apenas na captura sustentável de espécies-alvo, e avança em direção a sistemas e processos de tomada de decisão que equilibram o bem-estar ecológico com o bem-estar humano e social, dentro de marcos aperfeiçoados de governança, isto é, trata-se de uma forma prática de alcançar o desenvolvimento sustentável. Aborda as múltiplas necessidades e os desejos das sociedades sem colocar em perigo as chances de as futuras gerações beneficiarem-se de toda a gama de bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas marinhos (García et al., 2003; Organização para a Alimentação e a Agricultura, 2003, 2011).

A adoção do termo AEGP visa refletir a combinação de dois paradigmas diferentes, mas relacionados um ao outro em convergência. O primeiro é a gestão de ecossistemas, cujo objetivo é preservar a estrutura, diversidade e o funcionamento dos ecossistemas por meio da aplicação de medidas de gestão focadas em seus componentes biofísicos. O segundo é o da gestão da atividade pesqueira, cujo objetivo é satisfazer a necessidade de alimentos e benefícios socioeconômicos das sociedades e pessoas por meio de medidas de gestão focadas na pesca e nos recursos pesqueiros.

De especial importância para essas diretrizes é o reconhecimento de que, contribuindo para a convergência dos dois paradigmas, a Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira facilitará a aplicação de muitas das disposições do Código de Conduta para a Pesca Responsável, da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação- FAO. Em suma, o interesse na Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira tem sido motivado por:

- ✓ Uma maior conscientização sobre a importância das interações entre os recursos pesqueiros e os ecossistemas nos quais existem;
- ✓ Reconhecimento da ampla gama de objetivos da sociedade, em relação aos recursos pesqueiros e aos ecossistemas, tendo em conta os seus respectivos valores no contexto do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Fraco desempenho das abordagens de gestão existentes, evidenciado pela situação precária e deficiente de muitas pescarias no mundo; e
- ✓ Recentes avanços científicos, que tem destacado o valor funcional dos ecossistemas para os seres humanos (isto é, os bens e serviços que podem ser obtidos a partir deles).



Ressalta-se que os princípios relativos à Abordagem Ecológica não são novos. Diversos Acordos, Convenções e documentos de Conferências Internacionais têm incorporado e consagrado os mesmos já há várias décadas, tais como: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (1972); Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (1982); Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1992), e Agenda 21; Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992); Acordo das Nações Unidas sobre Populações de Peixes Transzonais e Altamente Migratórios (1995); Código de Conduta para Pesca Responsável (1995); e a Declaração de Reykjavik sobre Pesca Responsável no Ecossistema Marinho (2001).

Contudo, como mencionado acima, a aplicação da abordagem ecológica se ampliou significativamente a partir da conscientização da importância da relação entre os recursos pesqueiros e os ecossistemas em que vivem, além dos múltiplos objetivos e valores da atividade de pesca no desenvolvimento do país. Neste contexto, os benefícios de uma AEGP refletem os seguintes aspectos:

- ✓ Promover uma consideração mais ampla dos vínculos entre ecossistemas e pescarias;
- ✓ Contribuir para um planejamento mais efetivo do uso de recursos;
- ✓ Facilitar as negociações entre diferentes prioridades das partes interessadas, balanceando as necessidades humanas e as ecológicas;
- ✓ Aumentar a participação das partes interessadas com melhor comunicação e mais confiança;
- ✓ Permitir que questões de longo prazo e escala maior sejam reconhecidas e incorporadas na gestão de recursos pesqueiros e costeiros, por exemplo, implicações de longo prazo da mudança climática e da acidificação dos oceanos, degradação de habitats, crescimento populacional, globalização, desenvolvimento econômico, etc.;
- ✓ Aumentar o apoio para uma melhor governança;
- ✓ Contribuir para um melhor cumprimento e aplicação da lei;
- ✓ Reduzir os conflitos entre os diferentes subsetores da pesca e outros setores;
- ✓ Ajudar a acessar recursos financeiros para a pesca;
- ✓ Incentivar o apoio de governos, doadores e ONGs, a partir de um planejamento adequado da atividade.

A FAO apresenta importantes recomendações para um adequado planejamento AEGP, a ser adotado nas pescarias, as quais serão traduzidas para o gerenciamento da pesca de camarões no Brasil, por meio do Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe (REBYC II-LAC).



Preliminarmente, a FAO estabelece que a implementação da AEGP envolve essencialmente respostas a quatro perguntas sobre como uma pescaria está contribuindo para o desenvolvimento sustentável:

- ✓ Considerando-se as espécies-alvo, a fauna acompanhante, a captura acidental, a captura incidental e o respectivo ecossistema em que é praticada, quais são os impactos gerados pela pesca de camarões?
- ✓ Quais são os impactos da pesca de camarões sobre os recursos ou atividades humanas gerenciadas por outros setores?
- ✓ Quais são os benefícios econômicos/sociais e os custos da pesca de camarões e atividades relacionadas ao setor e à sociedade como um todo?
- ✓ Que outras atividades fora do controle da gestão da pesca estão afetando a capacidade da pesca para alcançar seus objetivos de gestão?

Destaca-se que as respostas à essas questões podem variar dependendo das especificidades de cada região, dos meios de subsistência e dos tipos de ecossistema. Na prática, o que pode ser aceitável em uma região pode não ser para outra, já que as características ecológicas locais são diferentes e nem todas as comunidades querem os mesmos resultados para suas pescarias.

O processo AEGP ajuda a determinar quais ações de gerenciamento (se houver) são apropriadas para cada questão, considerando-se o nível atual de risco, o conhecimento disponível (incluindo a participação dos interessados) e os recursos disponíveis.

Além disso, a AEGP promove o desenvolvimento de sistemas de governança que considerem a complexidade das diferentes pescarias e estejam alinhados com a responsabilidade dos órgãos de governo e sua capacidade de controle. A AEGP deve ser vista, portanto, como uma extensão da gestão pesqueira convencional, e não como um processo paralelo.

O objetivo do processo AEGP é desenvolver e implementar um conjunto integrado de arranjos de gerenciamento para uma determinada pescaria, no intuito de gerar resultados coletivos mais aceitáveis, sustentáveis e benéficos. Em outras palavras, é uma forma diferente de implementar a gestão por meio de um conjunto mais amplo de objetivos e de um processo mais participativo e adaptativo.

A estrutura do processo de planejamento e implementação da AEGP, portanto, é comparável à utilizada nos sistemas de gerenciamento de riscos (e.g. ISO 31000: 2009), o que reflete o fato da gestão pesqueira ser apenas uma aplicação específica dos mesmos princípios.



O planejamento de gerenciamento da AEGP é um processo participativo, contínuo e adaptativo, de médio prazo, que possibilita realizar consultas adequadas com as partes interessadas, analisar as possíveis implicações de todas as ações de gerenciamento propostas e obter o apoio político e financeiro dos tomadores de decisão (políticos/ governo), para garantir a aceitação e legitimidade de qualquer plano desenvolvido.

O plano AEGP não precisa ser (nem nunca será) perfeito no início. Como é um processo adaptativo, o plano deve incluir ações necessárias para gerar quaisquer melhorias essenciais que tenham sido identificadas durante os estágios de planejamento. Portanto, para o processo inicial de planejamento da AEGP, um equilíbrio deve ser feito entre gerar um plano que seja 80% "correto" em um espaço de tempo mais curto, em comparação com o tempo substancialmente maior para se obter um plano 95% "correto", que pode vir a ser finalizado quando já seja muito tarde, especialmente quando há questões urgentes a serem abordadas. Neste contexto, identificam-se quatro principais etapas necessárias ao processo de planejamento AEGP, quais sejam:

Etapa 1- Escopo (objetivos)

Com base nas informações disponibilizadas pelo governo e pelas partes interessadas, é necessário gerar uma definição acordada e clara da pescaria, além de uma compreensão compartilhada dos objetivos sociais, econômicos e ecológicos a serem alcançados (escala ecológica, socioeconômica, política e temporal). Para promover com sucesso a AEGP, é necessário converter os objetivos políticos relevantes em objetivos operacionais concretos, desenvolvendo indicadores e pontos de referência. O importante é que nenhum aspecto – ambiental, econômico ou social – seja negligenciado no processo.

Etapa 2- Identificação dos recursos pesqueiros e prioridades

Identificar todos os recursos relevantes, as informações científicas e oriundas da comunidade, os problemas que afetam a gestão (gerados pela pescaria ou fatores externos), e, com base nos mesmos, determinar as prioridades de ação para se atingir os objetivos propostos.

Etapa 3- Desenvolvimento do Sistema de Gestão

Desenvolver um sistema de gerenciamento de forma econômica e global para lidar com todos os problemas de alta prioridade, que incluem objetivos operacionais claros e a capacidade de monitorar e avaliar o desempenho.

Etapa 4- Implementação, monitoramento e revisão de desempenho.

Documentar as ações para implementar o sistema de gerenciamento, monitorar sua conclusão, além de avaliar e reportar seu desempenho na entrega de resultados comunitários aceitáveis.



O ponto de partida para a gestão de uma pescaria dependerá sempre do desencadeamento do processo de planejamento e do que já foi alcançado. Além disso, algumas etapas e atividades podem precisar ser revisitadas à medida que novas informações ou problemas surgirem. Além disso, em determinadas situações, ações corretivas apropriadas deverão ser aplicadas imediatamente, mesmo que o processo de planejamento ainda não esteja completo.

Para um bom trabalho de planejamento, recomenda-se observar os seguintes princípios fundamentais, também recomendados pela AEGP:

- i. As pescarias devem ser geridas de modo a limitar o seu impacto no ecossistema a um nível aceitável;
- ii. O objetivo principal é planejar, desenvolver e gerir as pescarias de modo a satisfazer as múltiplas necessidades e anseios da sociedade, sem pôr em risco as opções das gerações futuras para que possam se beneficiar da completa variedade de bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas;
- iii. As medidas de gestão devem ser compatíveis ao longo de toda a distribuição dos recursos;
- iv. O princípio da precaução deve ser exercido no processo de tomada de decisão, uma vez que o conhecimento sobre o ecossistema ainda é incompleto;
- v. O sistema de governança deve assegurar o bem-estar e a equidade tanto das pessoas como do ecossistema.

Contudo, à semelhança da gestão convencional, a AEGP requer instituições que assegurem a coordenação, consulta, cooperação e tomada de decisão conjuntas, em todas as instâncias de governo e do próprio setor pesqueiro, inclusive organizações sem fins lucrativos eventualmente envolvidas no processo.

A FAO ainda registra alguns obstáculos importantes para a aplicação da AEGP, quais sejam:

- ✓ Desencontro entre as expectativas das partes interessadas, incluindo o público em geral, e os recursos disponíveis para a gestão das pescarias;
- ✓ Dificuldades em conciliar os objetivos concorrentes das múltiplas partes interessadas que utilizam recursos dos mesmos ecossistemas;
- ✓ Participação insuficiente ou ineficaz das partes interessadas no processo de gestão;
- ✓ Conhecimento insuficiente das interações entre as pescarias e os ecossistemas incluindo a resposta dos diferentes componentes do ecossistema a ações de gestão específicas;



- ✓ Capacidade insuficiente dos organismos de gestão e dos grupos de partes interessadas para lidar com as exigências adicionais da AEGP;
- ✓ Instrução e conscientização insuficientes a todos os níveis da AEGP;
- ✓ Dificuldades em resolver questões relacionadas com a equidade;
- ✓ Custos e outros problemas relacionados com a compatibilização entre os limites dos ecossistemas e as jurisdições das autoridades de gestão já existentes;
- ✓ Dificuldade para se encontrar os meios adequados de compensação para os que vivem na pobreza e dependem das pescarias afetadas por quaisquer impactos negativos, a curto e médio prazo.

Essa é a base para aplicar a abordagem ecossistêmica no ordenamento da pesca de camarões e, conseqüentemente, para se iniciar a construção coletiva de qualquer plano de gestão pesqueira sobre a espécie.

Por fim, registra-se que a regulamentação da pesca de camarões no Brasil, de forma específica, deve seguir o acordado nos fóruns participativos de gestão, ou seja, deve espelhar o acordado no respectivo Plano ou Planos de Gestão para o ordenamento da pesca dos camarões no Brasil.



3. Oficinas para Construção Participativa de Propostas de Planos de Gestão da Pesca de Camarões no Brasil

Um dos objetivos do Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe- REBYC II-LAC é construir propostas de Planos de Gestão da Pesca de Camarões no Brasil, com base na Abordagem Ecológica na Gestão Pesqueira (AEGP).

Para melhorar a capacidade de aplicar a AEGP, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a então Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca, hoje Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP/MAPA) organizaram uma Oficina de Capacitação de Facilitadores para Aplicação da Abordagem Ecológica na Gestão Pesqueira, em Brasília/DF, no período de 26 a 30 de novembro de 2018.

O objetivo dessa Oficina foi fornecer aos participantes o conhecimento para explicar os conceitos básicos de uma abordagem ecológica nas áreas de pesca e aplicar esse conhecimento para desenvolver proposta (s) de Plano de Gestão para a Pesca de Camarões no Brasil, baseado na AEGP, bem como contribuir, como multiplicadores, para elaboração, implementação e consequente monitoramento do respectivo Plano.

Os participantes da Oficina foram selecionados com base nas seguintes características:

- Trabalhar diretamente com manejo, planejamento ou pesquisa das pescarias ou estar diretamente envolvido com a pescaria como grupo de interesse;
- Exercer função pública em caráter efetivo, com interesse em permanecer na respectiva instituição nos próximos 5 anos;
- Gerenciar projetos de pesca ou ter um nível de responsabilidade na tomada de decisões na sua instituição;
- Possuir habilidade para organizar e facilitar o curso AEGP em seus locais de origem;
- Disposição para ser um membro ativo da comunidade na facilitação da prática regional da AEGP.

Neste sentido, foram selecionados 35 (trinta e cinco) participantes: 15 (quinze) de diferentes agências governamentais (SAP, CEPISUL/ ICMBio, MMA, Resex/ ICMBio, EMATER/ PR, EMATER/ RS, FIPERJ, Instituto de Pesca de São Paulo, IFES, IFMA); 1 (um) pescador artesanal, 1 (um) representante da indústria de processamento (AMASA), 2 (dois) representantes de sindicatos (SINDIPI, SAPERJ), e 16 (dezesesseis) professores universitários (UFPA, UFPI, UFC, UFRN, UFAL, UFRA, UFPR, UNIVALI, FURG, UFRPE). O projeto forneceu financiamento integral para participação de todos os convidados, incluindo hospedagem e alimentação e a SAP forneceu o deslocamento aéreo.



A Oficina foi baseada no pacote “Essential EAFM” que foi desenvolvido entre 2012 e 2014 pelo consórcio EAFM (ou AEGP, sigla em português), que agora está disponível publicamente em www.eafmlearn.org.

A Oficina foi facilitada por uma equipe formada por consultores brasileiros afiliados ao projeto FAO REBYC-II LAC no Brasil, Ana Silvia Costa Silvino e José Augusto Negreiros Aragão; por representante da SAP/MAPA, Sandra Silvestre de Souza; pela consultora da IMA International, Silvia Capezzuoli, além de contar com apoio integral da consultora da FAO/Roma, Daniella Salazar. A consultora da IMA International foi uma pessoa-chave e esteve envolvida no desenvolvimento do pacote de treinamento Essencial EAFM desde o início, como parte do Consórcio EAFM.

Uma rede de parceiros foi criada a partir dessa Oficina AEGP, para debater e construir, de forma participativa, a proposta de Plano de Gestão para a Pesca de Camarões no Brasil, por região (Norte, Nordeste, Central, Sudeste/Sul).

A partir de cada multiplicador treinado, a rede de parceiros vem sendo fortalecida e ampliada nos seus respectivos estados de origem, de forma a abranger todos os principais estados envolvidos na pesca de camarões no Brasil: Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul.

Com isso, outros atores têm sido incorporados ao processo, possibilitando chegar às comunidades pesqueiras locais para aplicar a AEGP na identificação dos problemas da pesca de camarões, propostas de solução e consequente validação e complementação, a partir do saber tradicional e das informações levantadas na bibliografia especializada.

Na prática, quando da realização das reuniões locais outros atores da gestão pesqueira de camarão (ex. pescadores, armadores, empresários, gestores, ONGs, etc) vão sendo identificados e incorporados ao processo, ampliando o debate e validando o trabalho, de forma a responder as 4 perguntas-chaves:

- ✓ Considerando-se as espécies-alvo, a fauna acompanhante, a captura incidental e o respectivo ecossistema em que é praticada, quais são os impactos gerados pela pesca de camarões no Brasil?
- ✓ Quais são os impactos da pesca de camarões sobre os recursos ou atividades humanas gerenciadas por outros setores?
- ✓ Quais são os benefícios econômicos/ sociais e os custos da pesca de camarões e atividades relacionadas ao setor e à sociedade como um todo?
- ✓ Que outras atividades fora do controle da gestão da pesca estão afetando a capacidade da pesca para alcançar seus objetivos de gestão?

Essas perguntas são apresentadas através de metodologias, técnicas e ferramentas de facilitação que garantem melhor consulta e envolvimento de



todas as partes no processo de AEGP, além de criar um ambiente amigável, tornando todos os atores responsáveis e coautores do processo de gestão.

Ressalta-se que a AEGP exige um alto nível de participação e envolvimento das partes interessadas, desde o planejamento, até o monitoramento e avaliação, passando pela sua implementação.

Busca-se, assim, uniformizar o entendimento, a fim de se qualificar o processo da gestão pesqueira no Brasil, mantendo-se o vínculo com o contexto da articulação política e técnica entre todos os atores envolvidos, para obtenção de uma boa governança.



4. Estratégia de Ação

Preliminarmente, o Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe- REBYC II-LAC reuniu a bibliografia especializada sobre a matéria e construiu documentos-base regionais (Norte, Nordeste, Central e Sudeste/Sul), estruturados em nove capítulos: 1. Introdução; 2. Competência da gestão da pesca; 3. Base legal do ordenamento da pesca no Brasil; 4. Regulamentação das pescarias; 5. Matriz institucional e espaços de diálogo; 6. Conflitos de interesse; 7. Planos de Gestão; 8. Ambiente social para elaboração do Plano Nacional de Gestão; 9. Referências.

Além desses documentos, também foi elaborado um documento-base sobre os Camarões da Costa Brasileira que apresenta as características gerais e comportamento das espécies, estruturado da seguinte forma: 1. Introdução; 2. Recursos camaroneiros (descrição das espécies, distribuição e habitat, ciclo de vida, reprodução e recrutamento, mortalidade); 3. Impacto das pescarias sobre o ecossistema; 4. Fauna acompanhante; 5. Referências.

Em paralelo, foi realizado o levantamento da legislação pesqueira aplicada à pesca de camarões, a qual inclui uma análise preliminar de governança a partir das competências atribuídas aos órgãos gestores da pesca e das normas de gestão vigentes, apresentando a Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira (AEGP) como estratégia ideal para o adequado ordenamento pesqueiro brasileiro.

Com base nesses documentos, foi possível entender o estágio atual da atividade de pesca de camarão no Brasil, sua estrutura de governança, os seus principais problemas e possíveis soluções, para, assim, iniciar a construção de uma proposta de Plano de Gestão para Pesca de Camarões no Brasil.

Com os documentos finalizados e com o objetivo de melhorar a capacidade de aplicar a AEGP no Brasil, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a então Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca da Secretaria Geral da Presidência da República (SEAP/PR) organizaram a Oficina de Capacitação de Facilitadores para Aplicação da Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira, em Brasília/DF, no período de 26 a 30 de novembro de 2018, já descrita na Introdução.

A rede de multiplicadores/facilitadores treinados identificou, em reunião específica de planejamento, um responsável por cada área de pesca de camarão do país, o qual iniciou, em conjunto com representantes do REBYC, o processo AEGP para elaboração da proposta nacional/propostas regionais para integrarem o Plano Nacional de Gestão da Pesca de Camarão no Brasil.

Para envolver os principais atores que atuam na pesca de camarões, foram planejadas reuniões locais nas principais comunidades pesqueiras, reuniões estaduais e reuniões regionais, de forma a garantir uma construção ampla e participativa das propostas de Planos de Gestão.



Reuniões ou Oficinas participativas são atividades em grupo na qual as partes interessadas da AEGP se reúnem em grupos menores ou maiores com um propósito comum compartilhado (por exemplo, para descobrir mais sobre o processo AEGP; para aprender sobre atividades relacionadas à pesca; para definir assuntos da UGP- unidade de gestão pesqueira; para decidir sobre ações de gestão, etc.). Elas são um método-chave para o processo de planejamento e implementação da AEGP.

Desta forma, conforme mencionado acima, para construção participativa das propostas dos Planos de Gestão da Pesca de Camarão três escalas de reuniões, independentes e complementares, serão realizadas, quais sejam:

- **Oficinas Locais:** encontros participativos com as comunidades pesqueiras que atuam na pesca de camarão, com o objetivo de obter informações, identificar problemas/conflitos e propor soluções para a elaboração participativa de uma proposta de Plano de Gestão da Pesca de Camarões no Brasil.
- **Oficinas Estaduais:** encontros participativos com os representantes das comunidades pesqueiras identificados nas reuniões locais e demais atores (governamentais ou não) envolvidos na gestão da pesca de camarões no Brasil, com o objetivo de estruturar uma proposta de Plano de Gestão da Pesca de Camarões no Brasil, a partir dos debates realizados nas reuniões locais, bem como no disposto nos documentos-base elaborados pelos consultores do REBYC.
- **Oficinas Regionais:** encontros participativos com os representantes das comunidades pesqueiras identificados nas reuniões locais e demais atores governamentais e não governamentais identificados nas reuniões estaduais, com o objetivo de estruturar uma proposta de Plano de Gestão da Pesca de Camarões no Brasil.

O objetivo específico de todas as reuniões, portanto, é realizar as consultas com as partes interessadas para determinar aquilo que se deseja alcançar com o Plano de Gestão e como o sucesso será medido. Isso implica negociar objetivos, ações de gerenciamento e medidas de desempenho, bem como indicadores e critérios para monitorar o progresso e identificar os ajustes que, a qualquer tempo, possam se fazer necessários.

Essas reuniões têm como objetivo geral a construção participativa do Plano de Gestão, resguardando as respectivas características específicas e o saber tradicional de cada área/região identificada (Figura 1).



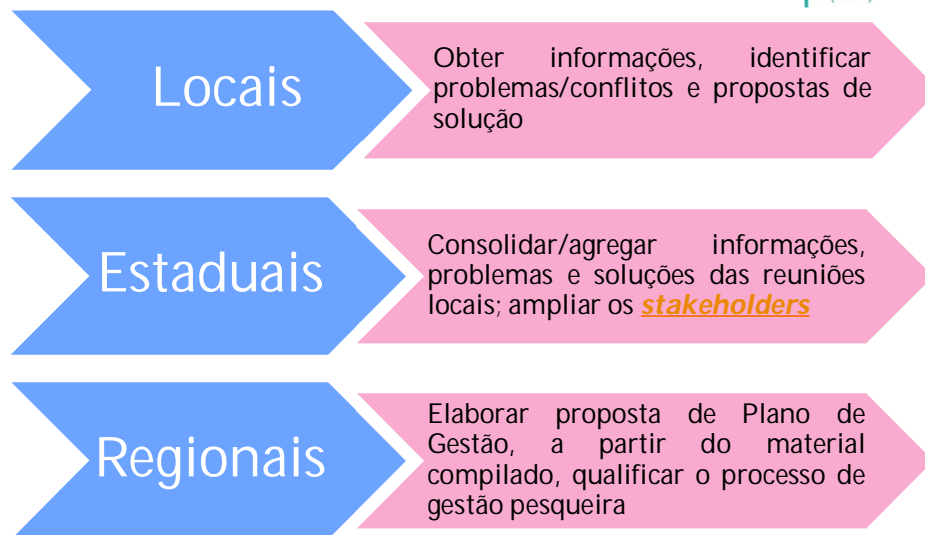


Figura 1: Objetivos específicos das Reuniões para construção do Plano Nacional de Gestão da Pesca de Camarões no Brasil, por meio da AEGP.

Como citado acima, as principais áreas de pesca foram identificadas a partir da bibliografia especializada, tendo sido posteriormente validadas com base no conhecimento especializado dos multiplicadores treinados na aplicação da metodologia AEGP (Tabela 1).

Tabela 1: Áreas de Atuação e Pontos Focais

ÁREAS DE ATUAÇÃO	PONTO FOCAL ESTADUAL	PONTO FOCAL REBYC
1. Pará	Ponto focal: Alex Klautau (CEPSUL), Nazaré Zucolotto Apoio: Bianca Bentes (UFPA), Breno Portilho (UFPA), Marko Hermmann (UFRA), Israel Cintra (UFRA)	José Augusto Aragão (Consultor REBYC)
2. Maranhão e Piauí	Ponto focal: Clarissa Lobato (IFMA) e Cézar Fernandes (UFPI) Apoio: Mary Jane (ICMbio), Daniel Castro (ICMbio)	José Augusto Aragão (Consultor REBYC)
3. Rio Grande do Norte e Paraíba	Ponto focal: Fúlvio Freire (UFRN) Apoio: Adriana Carvalho (UFRN), Felipe Bezerra (IFPB- Cabedelo); Luís Antônio (ICMbio/ reserva Acaú Goiana)	Ana Silvino (Consultora REBYC)
4. Pernambuco, Alagoas e Sergipe	Ponto focal: Igor da Mata (UFAL) Apoio: Vanildo Oliveira (UFRPE), Cesar Coelho (Fundação Tamar), Sérgio Matos (SPU)	Ana Silvino (Consultora REBYC)
5. Bahia	Ponto focal: Dani (CI) Apoio: Pantaleão (Bahia Pesca)	Sandra Silvestre (Servidora SAP)
6. Espírito Santo	Ponto focal: Victor Hugo (IFES) Apoio: Nilamon Leite Jr (Centro Tamar), Antônio Carlos (Encaper), João (SAP),	Sandra Silvestre (Servidora SAP) Ana Silvino (Consultora REBYC)



	Gustavo (IBAMA) e Dérien Duarte (CEPSUL)	
7. Rio de Janeiro	Ponto focal: Luana Prestello (FIPERJ) Apoio: Maria Paula (DPA/RJ), Raquel e Genaro (FIPERJ)	Ana Silvino (Consultora REBYC)
8. São Paulo	Ponto focal: Antônio Olinto (Instituto de Pesca/SP) Apoio: Laura (Instituto de Pesca/ Ubatuba/ SP), Dérien Duarte (Cepsul)	Ana Silvino (Consultora REBYC) José Augusto Aragão (Consultor REBYC)
9. Paraná	Ponto focal: Rodrigo Medeiros (UFPR) Apoio: Astrogildo (Emater)	José Augusto Aragão (Consultor REBYC)
10. Santa Catarina	Ponto focal: Roberto Wahrlich. Apoio: Sergio Winckler, Everton Giustina, Derien Duarte (Cepsul)	Ana Silvino (Consultora REBYC)
11. Rio Grande do Sul	Ponto focal: Ana Luíza Spinelli (Emater) Apoio: Felipe Dumont (FURG), Magda Pereira (Emater)	Ana Silvino (Consultora REBYC)

Nas reuniões participativas locais, realizadas com os pescadores artesanais, pescadores industriais, armadores, comerciantes, beneficiadores, baldeadores, e outros atores da pesca de camarão (ex. órgãos governamentais, empresas, ONGs, etc.) são identificados e incorporados ao processo, ampliando o debate e validando o trabalho, de forma a responder as 4 perguntas-chaves¹, acima mencionadas, apresentadas através de metodologias, técnicas e ferramentas de facilitação que possibilitam uma consulta mais eficiente e o consequente envolvimento das partes envolvidas no processo da AEGP, além de criar um ambiente amigável, tornando todos os atores responsáveis e coautores do processo de gestão.

Em cada reunião local são eleitos dois representantes do seu grupo para compor a reunião estadual e, posteriormente, a regional. Esses representantes têm o compromisso de retornar à comunidade e apresentar os resultados das respectivas reuniões estadual e regional (devolutiva), de forma a fortalecer o trabalho e dar continuidade ao envolvimento de toda a comunidade e demais atores no processo de construção do Plano Nacional de Gestão.

Até outubro de 2019, todas as reuniões locais e estaduais deverão ser concluídas, com a subsequente compilação e encaminhamento dos resultados para debate em reuniões Regionais: Norte, Nordeste, Central, Sudeste/Sul, as quais deverão resultar na elaboração formal das Propostas de Planos de Gestão regionais.

- ¹
- ✓ Considerando-se as espécies-alvo, a fauna acompanhante, a captura incidental e o respectivo ecossistema em que é praticada, quais são os impactos gerados pela pesca de camarões no Brasil?
 - ✓ Quais são os impactos da pesca de camarões sobre os recursos ou atividades humanas gerenciadas por outros setores?
 - ✓ Quais são os benefícios econômicos/ sociais e os custos da pesca de camarões e atividades relacionadas ao setor e à sociedade como um todo?
 - ✓ Que outras atividades fora do controle da gestão da pesca estão afetando a capacidade da pesca para alcançar seus objetivos de gestão?



As reuniões regionais deverão ocorrer nos meses de novembro e dezembro de 2019, para encaminhamento formal no final do mês de dezembro aos respectivos Comitês Permanentes de Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros (CPGs), fóruns da Secretaria de Aquicultura e Pesca/MAPA que têm a competência de analisar e aprovar Planos de Gestão Pesqueira no país.



5. Oficinas e Reuniões participativas: Cronograma

5.1. Oficinas Treinamentos Facilitadores Estaduais AEGP: Realizadas e Previstas

Como estratégia de continuidade da metodologia AEGP e fortalecimento do Projeto, recomenda-se a realização de Oficinas Estaduais AEGP, nos moldes da Oficina Nacional.

Neste sentido e conforme demanda dos pontos focais estaduais, até 30 de maio de 2019, foram realizadas duas Oficinas, nos estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

No estado do Rio de Janeiro, a Oficina foi realizada para servidores da FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. A FIPERJ tem a missão de promover o desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca fluminenses, ao gerar e difundir informações e tecnologias, articulando e consolidando políticas públicas para o setor em benefício da sociedade. Neste contexto, a Oficina começou a ser delineada para ser realizada no período de três dias consecutivos, em virtude da disponibilidade dos servidores da FIPERJ.

A Oficina teve duração de 3 (três) dias, no período de 06 a 08 de fevereiro de 2019. O local escolhido foi Niterói/ RJ, na sede da FIPERJ. Havia um total de 15 (quinze) participantes neste curso: 5 da sede (locados em Niterói, porém sem região definida, atuando em projetos gerais do estado); 4 da região metropolitana do estado (representando os escritórios regionais metropolitano I e metropolitano II); 2 do escritório regional das baixadas litorâneas; 3 na região norte do estado (representando os escritórios regionais norte I e norte II), sendo um deles também representante do escritório regional da costa verde (incorporando a região sul do estado); e 1 consultor atuante no projeto de monitoramento da região norte do estado Rio de Janeiro com ampla experiência na pesca de camarão da região norte. É importante ressaltar que o Presidente da FIPERJ abriu o primeiro dia da Oficina, com importantes palavras de boas-vindas aos participantes.

Em Santa Catarina, a Oficina foi realizada como atividade de formação dos servidores da EPAGRI- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, tendo sido também convidados servidores do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul (CEPSUL/ICMBio); da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), além de estudante da Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI e representantes dos pescadores do estado, totalizando 31 (trinta e um) participantes .

A EPAGRI tem como missão o conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício da sociedade; e como



um dos objetivos, promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro. Atua especificamente com o pescador artesanal de todo o estado de Santa Catarina.

Tabela 2: Oficinas Estaduais AEGP

Oficinas Abordagem Ecosistêmica na Gestão Pesqueira				
Área/Estado (s)	Local	Público	Período	Status
1. Rio de Janeiro	Niterói	Servidores da FIPERJ – Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro	06 a 08.02.2019	Realizada
2. Santa Catarina	Itajaí	Servidores da EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, CEPSUL, UFSC	14 a 16.05.2019	Realizada

5.2. Reuniões Locais, Estaduais e Regionais: Cronograma e Status

Em atenção ao cronograma geral do Projeto REBYC, a construção das propostas para integrarem o Plano de Gestão deve ser concluída até dezembro de 2019, para apresentação oficial aos respectivos Comitês Permanentes de Gestão. Neste sentido, segue, nas tabelas abaixo, os cronogramas de todas as reuniões realizadas, previstas ou em andamento:

Tabela 3: Cronograma Geral – Reuniões Participativas

Cronograma Geral Previsto	
Mês	Reuniões Participativas
Abril-outubro de 2019	Locais e Estaduais
Janeiro-fevereiro de 2020	Regionais
Março de 2020	Envio aos respectivos CPGs- Comitês Permanentes de Gestão



Tabela 4: Cronograma Reuniões Participativas Locais

Reuniões Participativas Locais: Situação até 30 de junho de 2019			
Área/Estado (s)	Local	Data/Reunião	Situação
1. Alagoas	Maceió	01.04.2019	Realizada
2. Alagoas	Pontal do Peba	25.04.2019	Realizada
3. Rio de Janeiro	Gargaú	09.04.2019	Realizada
4. Rio de Janeiro	Farol de São Thomé	10.04.2019	Realizada
5. Rio Grande do Norte	Baía Formosa	28.05.2019	Realizada
6. Sergipe	Aracaju (Pirambu)	01.05.2019	Realizada
7. Rio de Janeiro	Saco do Mamangá	08.05.2019	Realizada
8. Rio de Janeiro	Ilha da Madeira	10.05.2019	Realizada
9. Rio de Janeiro	Niterói (pesca industrial)	11.05.2019	Realizada
10. Paraná	Guaratuba	20.05.2019	Realizada
11. São Paulo	Guarujá	21.05.2019	Realizada
12. Maranhão	Cururupu	23.05.2019	Realizada
13. Paraná	Pontal do Sul	23.05.2019	Realizada
14. Maranhão	São Luís	28.05.2019	Realizada
15. Santa Catarina	Itajaí (pescador industrial)	28.05.2019	Realizada
16. Santa Catarina	Penha (pesca artesanal)	29.05.2019	Realizada
17. Santa Catarina	Biguaçu (pesca artesanal)	30.05.2019	Realizada
18. Maranhão	Humberto de Campos	11.06.2019	Realizada
19. Piauí	Luís Correa	13.06.2019	Realizada
20. Maranhão	Tutoia	14.06.2019	Realizada
21. Espírito Santo	Vitória (Vila Velha/ Jacaraípe)	19.06.2019	Realizada
22. Santa Catarina	Laguna (Pesca Artesanal)	25.06.2019	Realizada
23. Espírito Santo	Anchieta (Marataízes/ Guarapari/Piúma)	26.06.2019	Realizada
24. Santa Catarina	Itajaí (Armadores de pesca e indústrias)	01.07.2019	Realizada
25. Paraná	Guaraqueçaba	01.07.2019	Prevista
26. Espírito Santo	Barra do Riacho (Santa Cruz/ Nova Almeida)	03.07.2019	Realizada
27. Paraná	Matinhos	03.07.2019	Prevista
28. Paraná	Paranaguá	04.07.2019	Prevista
29. Espírito Santo	Barra Nova (Barra Seca)	05.07.2019	Realizada
30. Pernambuco	Sirinhaém	07.07.2019	Prevista
31. Espírito Santo	Conceição da Barra	09.07.2019	Realizada
32. Rio Grande do Norte	Porto do Mangue	09.07.2019	Prevista
33. São Paulo	Santos (pesca industrial)	12.07.2019	Prevista
34. São Paulo	APA Norte	15.07.2019	Prevista
35. Santa Catarina	São Francisco do Sul (pesca artesanal)	17.07.2019	Prevista
36. Rio Grande do Sul	Tramandaí	23.08.2019	Prevista
37. Rio Grande do Sul	Lagoa dos Patos	29.08.2019	Prevista



Tabela 5: Cenário Geral Reuniões Locais

Área	Estado (s)	Reuniões Locais	Status	Facilitador/ Apio Estadual	REBYC
1. Pará	Pará	1. Belém (Pesca Industrial)	Previsão Julho	Bianca Bentes (UFPA), Alex Klautau (CEPSUL), Breno (UFPA), Marko Hermmann e Israel Cintra (UFRA)	José Aragão
		2. Bragança	Previsão Julho		
2. Maranhão e Piauí	Maranhão	3. Cururupu	Realizada	Clarissa Lobato da Costa (IFMA), Mary Jane (ICMbio)	José Aragão
		4. São Luís	Realizada	Clarissa Lobato da Costa (IFMA), Mary Jane (ICMbio)	
		5. Humberto dos Campos	Realizada	Clarissa Lobato da Costa (IFMA)	
		6. Tutóia	Realizada	Cézar Fernandes (UFPI)	
	Piauí	7. Luís Correa	Realizada	Cézar Fernandes (UFPI)	
3. Rio Grande do Norte e Paraíba	Rio Grande do Norte	8. Baía Formosa	Realizada	Fúlvio, Adriana Carvalho e Ronaldo Angelim (UFRN)	Ana Silvino
		9. Porto do Mangue	09.07	Fúlvio Freire, Adriana Carvalho e Ronaldo Angelim (UFRN)	
	Paraíba	10. A definir	A definir	Fúlvio (UFRN)	
4. Pernambuco Alagoas e Sergipe	Pernambuco	11. Sirinhaém	07.07	Igor da Mata (UFAL)	Ana Silvino
	Alagoas	12. Pontal do Peba	Realizada	Igor da Mata (UFAL) Albérico Camello (UFRPE)	
		13. Maceió	Realizada	Igor da Mata (UFAL)	
	Sergipe	14. Pirambu	Realizada	Igor da Mata (UFAL) Alberico Camello (UFRPE)	
5. Bahia	Bahia	15. Ilhéus	A definir	Em análise Possível substituição/ complementação	Sandra Silvestre
		16. Salvador			
		17. Caravelas			
6. Espírito Santo	Espírito Santo	18. Vitória	Realizada	Victor Hugo (IFES)	Sandra/Ana
		19. Anchieta	Realizada		Sandra
		20. Barra do Riacho	03.07		Sandra
		21. Barra Nova	05.07		Sandra
		22. Conceição da Barra	09.07		Sandra
7. Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	23. Gargaú	Realizada	Luana Prestrelo e Equipe FIPERJ	Ana Silvino Rodrigo Medeiros José Aragão
		24. Farol de São Tomé	Realizada		Ana Silvino Rodrigo Medeiros José Aragão
		25. Saco do Mamanguá	Realizada		Ana Silvino José Aragão
		26. Ilha da Madeira	Realizada		Ana Silvino José Aragão



		27. Niterói (pesca Industrial)	Realizada		Ana Silvino José Aragão
8. São Paulo	São Paulo	28. Litoral Norte	15.07	Antônio Olinto e equipe do Instituto de Pesca e Unidades de Conservação	Ana Silvino
		29. Litoral Centro	Realizada		
		30. Litoral Sul	A definir		
		31. Santos (Pesca Industrial)	12.07		
9. Paraná	Paraná	32. Guaratuba	Realizada	Rodrigo Medeiros (UFPR)	José Aragão
		33. Pontal do Sul	Realizada		
		34. Guaraqueçaba	01.07		
		35. Matinhos	03.07		
		36. Paranaguá	04.07		
10. Santa Catarina	Santa Catarina	37. Itajaí (Pescador Industrial)	Realizada	Roberto Wahrlich (UNIVALI); Derien Duarte (CEPSUL) e equipe CEPSUL	Ana Silvino
		38. Penha	Realizada	Roberto Wahrlich (UNIVALI); Derien Duarte (CEPSUL) e equipes EPAGRI e CEPSUL	
		39. Biguaçu	Realizada	Roberto Wahrlich (UNIVALI); Derien Duarte (CEPSUL) e equipes EPAGRI e CEPSUL	
		40. Laguna	Realizada	Roberto Wahrlich (UNIVALI); e equipes EPAGRI e UDESC	
		41. São Francisco do Sul	17.07	Roberto Wahrlich (UNIVALI); e equipe EPAGRI	
		42. Itajaí (Armadores)	Realizada	Roberto Wahrlich (UNIVALI)	
11. Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	43. Tramandaí	A definir	Ana Luiza Spinelli (EMATER/RS)	Ana Silvino
		44. Rio Grande			



Quadro Resumo Reuniões Locais Participativas:

Total de Áreas: 11

Total de Estados: 15

Total de Reuniões Locais: 61 Reuniões

- Reunião Locais Diretas: 44
- Reuniões Locais Indiretas: 12 (RS); 2 (RJ); 2 RN- realizadas pelos pontos focais estaduais, sem a participação de consultor Rebyc.

Tabela 6: Cronograma Reuniões Estaduais

Reuniões Participativas Estaduais Previstas				
Nº	Área/Estado (s)	Local	Data/Reunião	Situação
1	Rio de Janeiro	Niterói	10 e 11/09	Prevista
2	Espírito Santo	Vitória	17 e 18/09	Prevista
3	Santa Catarina	Florianópolis	25 e 26/09	Prevista
4	Sergipe	Aracaju	02 e 03/10	Prevista
5	Rio Grande do Sul	ELP	08 ou 10/10	Prevista
6	Rio Grande do Sul	Tramandaí	17/10	Prevista
7	Paraná	Paranaguá	23 e 24/10	Prevista
8	Pernambuco	Recife	29/10	Prevista
9	Alagoas	Maceió	30/10	Prevista
10	Rio Grande do Sul	Câmara	01/11	Prevista
11	Piauí	Luis Correa	05/11	Prevista
12	Maranhão	São Luís	07 e 08/11	Prevista
13	Pará	Belém	13 e 11/11	Prevista
14	Rio Grande do Norte	Natal	19 e 20/11	Prevista
15	Paraíba	João Pessoa	22/11	Prevista
16	Bahia	Salvador	27 e 28/11	Prevista
17	São Paulo	Santos	04 e 05/12	Prevista

Por consequência, as reuniões regionais foram programadas conforme tabela abaixo.

Reuniões Participativas Regionais Previstas			
Nº	Região	Local	Data
1	Sudeste/Sul	Brasília	22 e 23/01/2020
2	Central	Brasília	29 e 30/01/2020
3	Norte	Belém	05 e 06/02/2019
4	Nordeste	Recife	12 e 13/02/2020

